

CTASP	05.12.95	13.12.95
CTASP	09/11/99	



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA)

PRIORIDADE	
Entrada	Comissão
13/11/95	CTASP
26/08/99	CTASP
/	
/	
/	

ASSUNTO:

Dispõe sobre a consulta sindical para a criação de sindicato de acordo com o artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal.

DESPACHO: 19/10/95: TRAB., DE ADM. E SERV.PUBLICO - CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54,RI) - ART.24, II

À COM. DE TRABALHO em 10 de NOVEMBRO de 19 95

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Zaire Resende em 05/12/1995
O Presidente da Comissão de Trabalho, de Adm. e Serv. Público

Ao Sr. Deputado Medeiros em 08/09/99
O Presidente da Comissão de Trabalho, de Adm. e Serv. Público

Ao Sr. Lino Rossi (VISTA) em 20/05/2004
O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

1116-4 DE 19 95

PROJETO N.º

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.116, DE 1995
(DO SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA)



Dispõe sobre a consulta sindical para a criação de sindicato de acordo com o artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54,RI) - ART.24, II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões Art. 24, I, da Constituição, do Trabalho, de Adm. e Serviço Público, Const. e Justiça e de Redação (Art. 154, XI) Em 19/10/95 PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 1116/95

Dispõe sobre ^{ou} consulta sindical para a criação de sindicato, de acordo com o art. 8º, ^{macro} II, da Constituição Federal.

Art. 1º - Quando mais de uma entidade disputar a representação sindical na mesma base territorial, a autoridade regional competente do Ministério do Trabalho, uma vez solicitada por qualquer das partes, convocará consulta sindical para que seja definida, pelos empregados ou empregadores da respectiva categoria, qual a organização deverá se transformar em sindicato, na forma do art. 8, inciso II da Constituição Federal.

Art. 2º - A consulta sindical terá o caráter plebiscitário devendo se processar na forma de uma eleição de sindicato, como se fosse a disputa entre chapas para a sua diretoria, podendo haver mesas receptoras em cada local do trabalho.

§ 1º - Os votos na consulta plebiscitária serão secretos, proibida procuração, com o comparecimento no mínimo de 30% dos membros da categoria.

§ 2º - Se necessário a autoridade competente, ouvidas as partes interessadas, estabelecerá as regras para o bom funcionamento da consulta.

Art. 3º - Proclamado o resultado da consulta sindical o representante do Ministério do Trabalho dará posse aos dirigentes da Associação vitoriosa como membros da Diretoria do Sindicato da respectiva base territorial.

c:\leisind2.doc



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O art. 8º da Constituição Federal contém os princípios basilares para a estrutura sindical brasileira, tendo estabelecido providências favoráveis à Unidade Sindical e à não interferência do Poder Público nas entidades representativas dos trabalhadores. No inciso II, do art. 8º fica vedada a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, havendo, no entanto, sérios conflitos no tocante à escolha daquela que deva exercitar a mencionada representação.

O Projeto procura resolver o problema instituindo a figura da consulta sindical para solucionar a questão, conforme a exigência constitucional que diz explicitamente que o problema deverá ser definido pelos trabalhadores ou empregadores interessados.

Impõe-se a providência acima pois, que vem havendo vários conflitos no tocante à criação de sindicatos e sempre há o risco, decorrente das antigas práticas, do problema ser resolvido pelo poder público, o que é vedado pela Carta Magna.

Trata-se de questão de suma importância para a liberdade sindical a representatividade dos sindicalizados, daí o projeto de lei que é apresentado.


BONIFÁCIO DE ANDRADA
Deputado Federal

18/05/95



República Federativa do Brasil

CONSTITUIÇÃO

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 8.º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV – a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.



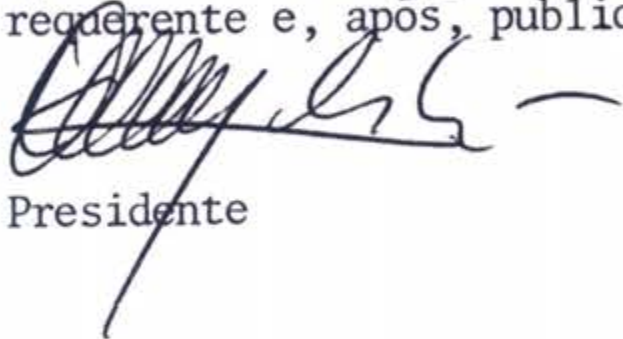
CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ofício nº 56/96

Brasília, 9 de abril de 1996.

Defiro. Apense-se o PL.nº 1.116/95 ao PL. 5.169/90 (ao qual o PL.nº 1.231/91 encontra-se apensado). Oficie-se à Comissão requerente e, após, publique-se.

Em 30/04/96.


Presidente

Senhor Presidente

Nos termos do Art. 142, do Regimento Interno, requiero a V.Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 1.116/95 - do Sr. Bonifácio de Andrada - que "dispõe sobre a consulta sindical para a criação de sindicato de acordo com o artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal", ao Projeto de Lei nº 1.231/91 - do Poder Executivo (MSG nº 189/91) - que "regulamenta o artigo 8º da Constituição, regula a representação de trabalhadores nas empresas e dá outras providências", por se tratarem de matéria correlata, conforme parecer anexo do Relator.

Atenciosamente,


Deputado **NELSON OTOCH**
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **LUÍS EDUARDO**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.116, DE 1995.

"Dispõe sobre a consulta sindical para a criação de sindicato, de acordo com o art. 8º, inciso II, da Constituição Federal".

Autor: Deputado Bonifácio de Andrada

Relator: Deputado Zaire Rezende

PARECER PRELIMINAR DO RELATOR

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Bonifácio de Andrada apresenta a Proposição em epígrafe, com o objetivo de fornecer solução adequada para a disputa entre entidades sindicais, em torno da representação da categoria profissional, em uma mesma base territorial.

O art. 1º do Projeto de Lei nº 1.116/95 estabelece que, quando mais de uma entidade disputar a representação sindical na mesma base territorial, a autoridade regional competente do Ministério do Trabalho convocará, quando solicitada por qualquer das partes, consulta sindical para definir qual organização deverá se transformar em sindicato.

O art. 2º determina que a consulta sindical será realizada em caráter plebiscitário, podendo o Ministério do Trabalho estabelecer as regras e os procedimentos a serem adotados. A votação será secreta, podendo ser realizada nos locais de trabalho, e só será válida com o comparecimento mínimo de 30% dos membros da categoria.

O art. 3º estipula que, proclamado o resultado da consulta sindical, o representante do Ministério do Trabalho dará posse aos dirigentes da associação vitoriosa como membros da Diretoria do Sindicato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

Na justificação, o nobre Parlamentar esclarece que o referido Projeto de Lei "procura resolver o problema (da representação sindical) instituindo a figura da consulta sindical (...), conforme a exigência constitucional, que diz explicitamente que o problema deverá ser definido pelos trabalhadores ou empregadores interessados". Acredita o ilustre Deputado Bonifácio de Andrada que, dessa forma, é afastado o risco de o conflito pela representação sindical ser resolvido pelo Poder Público.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, compete-nos registrar que se encontra em tramitação, nesta Casa, pendente de apreciação desta Comissão e sob a responsabilidade de relatoria do ilustre Deputado Paulo Paim, o Projeto de Lei nº 1.231, de 1991, do Poder Executivo, que "regulamenta o art. 8º da Constituição Federal, regula a representação dos trabalhadores nas empresas e dá outras providências".

À vista do exposto, e considerando o disposto no *caput* do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem assim em seu parágrafo único, sugerimos ao ilustre Presidente desta Comissão que adote as providências necessárias para requerer a tramitação conjunta dessas proposições.

Sala da Comissão, em 07 de Maio de 1996.

Deputado Zaire Rezende
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ofício nº 92/99

Brasília, 23 de junho de 1999.

Desapensem-se do PL nº 5.169/90 as seguintes proposições: PL's nºs 38/91, 4.911/90, 390/95, 1.116/95, 677/99 e 1.231/91, bem como as proposições originalmente apensadas a este último, exceto os PL's nºs 60/91 e 264/91, os quais continuarão apensados ao PL nº 5.169/90 (RICD, art. 142). Oficie-se ao requerente e, após, publique-se.

Em 10 / 08 / 99 PRESIDENTE

Senhor Presidente

Solicito a Vossa Excelência a desapensação dos Projetos de Lei nºs: 60/91, 264/91, 3.003/97, 3.058/97, 3.337/97, 4.293/98, 4.615/98 e 437/99 do PROJETO DE LEI Nº 5.169/90, de autoria do Deputado José Maria Eymael, que "dispõe sobre a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical das categorias econômicas, prevista no inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal", conforme sugerido no parecer preliminar do relator, Deputado Medeiros, em anexo.

Atenciosamente,

Deputado **JOSÉ MÚCIO MONTEIRO**

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **MICHEL TEMER**
DD. Presidente da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.169, DE 1990

"Dispõe sobre a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical das categorias econômicas, prevista no inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal".

Autor: Deputado JOSÉ MARIA EYMAEL

Relator: Deputado LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS

PARECER PRELIMINAR DO RELATOR

I - RELATÓRIO

Pelo presente Projeto de Lei é proposta a regulamentação da contribuição, prevista no inciso IV do art. 8º da Constituição Federal, para custeio da representação sindical das categorias econômicas.

Encontram-se em apenso os seguintes Projetos de Lei:

PL nº 1.231/91, que "Regulamenta o artigo 8º da Constituição, regula a representação de trabalhadores nas empresas e dá outras providências";

PL nº 1.528/89, que "Dispõe sobre a organização sindical e dá outras providências";

Pl nº 3.408/89, que "Dispõe sobre a Organização Sindical Brasileira e dá outras providências;



PL nº 4.911/90, que “dispõe sobre o direito de organização e sindicalização dos servidores públicos e dá outras providências”;

PL nº 646/91, que “Dispõe sobre a organização sindical”;

PL nº 4.967/90, que “Acrescenta parágrafo 7º ao artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho”;

PL nº 38/91, que “Cria o Conselho de Assuntos Sindicais e regula o registro de organização sindical e dá outras providências”;

PL nº 060/91, que “Extingue a contribuição sindical de que tratam os artigos 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências”;

PL nº 264/91, que “dispõe sobre a contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical das categorias profissionais, prevista no inciso IV do art. 8º da Constituição Federal”;

PL nº 830/91, que “Regulamenta o disposto no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, dispondo sobre o registro das entidades sindicais e dá outras providências”;

PL nº 2.585/92, que “Dispõe sobre o enquadramento sindical e dá outras providências”;

PL nº 3.267/92, que “Dispõe sobre o registro das entidades sindicais e estabelece procedimentos para a solução autônoma de conflito de representação sindical”;

PL nº 390/95, que “Regulamenta a livre associação sindical de trabalhadores e empregadores e dá outras providências”;

PL nº 1.116/95, que “Dispõe sobre a consulta sindical para a criação de sindicato de acordo com o artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal”;



PL nº 3.003/97, que “Dispõe sobre a contribuição negocial de custeio do sistema confederativo”;

PL nº 3.058/97, que “Dispõe sobre a contribuição do sistema confederativo da representação sindical”;

PL nº 3.337/97, que “Regulamenta a contribuição confederativa prevista no inciso IV do art. 8º da Constituição Federal e determina outras providências”;

PL nº 4.283/98, que “Dispõe sobre as contribuições confederativa e sindical para o custeio das entidades sindicais e da representação e promoção das categorias que representam”;

PL nº 4.615/98, que “Torna a contribuição sindical facultativa”;

PL 437/99, que “Regulamenta a contribuição confederativa prevista no inciso IV do art. 8º da Constituição Federal e determina outras providências”;

PL nº 677/99, que “Dispõe sobre a fixação dos valores das contribuições anuais, multas disciplinares, taxas e emolumentos devidos às entidades de fiscalização de exercício profissional, e dá outras providências”; e

PL nº 5.169/99, que “Concede isenção de contribuições corporativas aos profissionais maiores de 65 anos”;

PL nº 6.738/99, que “Dispõe sobre o pagamento das contribuições de interesse das categorias profissionais ao respectivo conselho regional fiscalizador de exercício profissional”.

Foram apresentadas seis emendas ao Projeto principal.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

A simples verificação das datas de apresentação dos vinte e quatro Projetos de Lei acima enumerados demonstra um equívoco que, não raro, emperra a tramitação de projetos importantes nesta Casa: a apensação de proposições que, à primeira vista, tratam de matérias conexas.

Os projetos em análise, embora digam, todos, respeito à organização sindical, tratam de matérias tão dispares quanto, por exemplo, enquadramento sindical, liberdade sindical de funcionários públicos, contribuição sindical etc.

Ora, a reestruturação da legislação sindical, de cuja necessidade ninguém duvida, é tema por demais complexo, com desdobramentos de ordem política, econômica e social impossíveis de serem tratados globalmente, de uma só vez. A generalização dos problemas a resolver nunca é o melhor caminho a seguir. A milenar sabedoria dos provérbios nos ensina que devagar se vai ao longe.

A história recente nos dá dois eloqüentes exemplos: o primeiro deles, o projeto do novo Código Civil, que se arrasta há décadas pelos escaninhos das duas casas do Congresso Nacional sem nenhuma perspectiva de sua promulgação; o segundo, as chamadas mini-reformas do Código de Processo Civil que, do final de 1994 para cá, mudou inteiramente a face do Processo Civil Brasileiro, equiparando-o aos mais modernos do mundo.

Voltando aos projetos sob exame, considerar que uma proposição que trate da contribuição sindical deva ser apensada a outra que cuida do direito de sindicalização do funcionário público é o mesmo que julgar que um projeto que, por exemplo, trata da alíquota de contribuição previdenciária deve ser apensado a outro que cuida da licença gestante ou de acidente de trabalho.



Há, entre os projetos em questão, alguns que tratam de matéria sobre a qual existe, há muito, unanimidade sobre a sua urgência; outros tratam de matéria extremamente polêmica. Não há porque tramitem em apenso.

Isto posto, sugerimos ao Senhor Presidente desta Comissão que requeira ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados a desapensação dos Projetos de Lei de números 5.169/90, 060/91, 264/91, 3.003/97, 3.058/97, 3.337/97, 4.293/98, 4.615/98 e 437/99, para apreciação em separado, uma vez que todos tratam das contribuições sindicais, tema sobre o qual há unanimidade de opiniões a respeito.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 1999.

Medeiros

Deputado LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS

Relator

90546800.048

SGM/P nº 761/99

Brasília, 10 de agosto de 1999.

Senhor Deputado,

Em atenção ao Ofício nº 92/99 dessa Comissão, datado de 23 de junho de 1999, no sentido da desapensação de diversos Projetos de Lei que tramitam apensados ao PL nº 5.169/90, comunico-lhe que exarei decisão do seguinte teor:

"Desapensem-se do PL 5.169/90 as seguintes proposições: PL 38/91; PL 4.911/90; PL 390/95; PL 1.116/95; PL 677/99 e PL 1.231/91, bem como as proposições originalmente apensadas a este último, exceto os Projetos de Lei de números 60/91 e 264/91, os quais continuarão apensados ao PL 5.169/90 (RICD, art. 142). Oficie-se ao requerente e, após, publique-se!"

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MICHEL TEMER
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.116/95

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 5/12/95, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 1995.


Talita Yeda de Almeida
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 1.116/95

Nos termos do art. 119, **caput**, I e § 1º, c/c o art. 166, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a reabertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 09/09/99, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao Projeto.

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 1999.


Anamélia Ribeiro Correia de Araújo
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.116, DE 1995

“Dispõe sobre a consulta sindical para a criação de sindicato de acordo com o artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal”.

Autor: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA

Relator: Deputado MEDEIROS

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Bonifácio de Andrada apresenta a Proposição em epígrafe, com o objetivo de fornecer solução adequada para a disputa entre entidades sindicais em torno da representação da categoria profissional numa mesma base territorial.

O art. 1º do projeto estabelece que, quando mais de uma entidade disputar a representação sindical na mesma base territorial, a autoridade regional competente do Ministério do Trabalho convocará, quando solicitada por qualquer das partes, consulta sindical para definir qual organização deverá se transformar em sindicato.

O art. 2º determina que a consulta sindical será realizada em caráter plebiscitário, podendo o Ministério do Trabalho estabelecer as regras e os procedimentos a serem adotados. A votação será secreta, podendo ser realizada nos locais de trabalho, e só será válida com o comparecimento mínimo de 30% dos membros da categoria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

O art. 3º estipula que, proclamado o resultado da consulta sindical, o representante do Ministério do Trabalho dará posse aos dirigentes da associação vitoriosa como membros da Diretoria do Sindicato.

Justificando a medida, o Autor argumenta que a proposição em tela "procura resolver o problema (da representação sindical) instituindo a figura da consulta sindical (...), conforme a exigência constitucional, que diz explicitamente que o problema deverá ser definido pelos trabalhadores ou empregadores interessados". Acredita o ilustre Parlamentar que, dessa forma, é afastado o risco de o conflito pela representação sindical ser resolvido pelo Poder Público".

Não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, julgamos oportuno tecer uma pequena observação de cunho regimental.

É certo que, nos termos regimentais, cabe a esta Comissão analisar as proposições legislativas quanto ao mérito, vale dizer, quanto ao seu conteúdo normativo. Não nos cabe, em princípio, manifestar sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade das proposições a nós submetidas.

No entanto, no caso presente, não há como se manifestar sobre o mérito da matéria sem uma referência ao texto constitucional, uma vez que a proposição visa disciplinar o exercício de direitos constitucionalmente garantidos.

Em outras palavras, estamos proibidos, pelo Regimento Interno, de nos manifestar quanto à constitucionalidade, formalmente considerada. Não nos cabe, por exemplo, analisar a legitimidade de iniciativa; a capacidade legislativa da União etc.

31622

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Por outro lado, se nos termos regimentais, cabe-nos analisar o presente projeto quanto ao seu mérito, devemos, obviamente, proceder a essa análise de forma ampla, perscrutando todos os ângulos da matéria em estudo, inclusive e principalmente sob o aspecto de sua constitucionalidade material que, no caso presente, se confunde com o próprio mérito da proposição.

Isto posto, entendemos que o projeto de lei sob exame não merece acolhida, uma vez que fere de morte a liberdade de organização dos trabalhadores, constitucionalmente garantida pelo inciso I do próprio artigo 8º da Constituição Federal, cujo inciso II o projeto propõe normatizar, além de caracterizar inegável interferência do poder público na criação de sindicatos. O projeto, na realidade, reintroduz, pela porta dos fundos, a figura do enquadramento sindical institucional, em boa hora extirpada de nosso ordenamento jurídico pela atual Carta Magna.

Somos, portanto, pela rejeição do Projeto de Lei 1.116/95.

Sala da Comissão, em 8 de maio de 2001.


Deputado MEDEIROS
Relator

10347100.048



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.116/95

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou unanimemente o Projeto de Lei nº 1.116/95, nos termos do parecer do relator, Deputado Medeiros.

Estiveram presentes os senhores Deputados:

Freire Júnior, Presidente; Luiz Antonio Fleury e Herculano Anghinetti, Vice-Presidentes; Avenzoar Arruda, Candinho Mattos, Evandro Milhomen, Fátima Pelaes, Jair Bolsonaro, Jair Meneguelli, João Tota, José Múcio Monteiro, Jovair Arantes, Laíre Rosado, Luciano Castro, Medeiros, Paulo Paim, Pedro Celso, Pedro Corrêa, Pedro Henry, Ricardo Barros, Ricardo Rique, Vanessa Grazziotin e Vivaldo Barbosa, titulares; Almerinda de Carvalho, Damião Feliciano e Osvaldo Biolchi, suplentes.

Sala da Comissão, em 22 de agosto de 2001.


Deputado **FREIRE JÚNIOR**
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.116-A, DE 1995

(DO SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA)

Dispõe sobre a consulta sindical para a criação de sindicato, de acordo com o artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição (relator: Dep. MEDEIROS).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) – ART. 24, II)

S U M Á R I O

Projeto Inicial

II - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- termo de recebimento de emendas - 1995
- termo de recebimento de emendas - 1999
- parecer do relator
- parecer da Comissão

***PROJETO DE LEI Nº 1.116-A, DE 1995
(DO SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA)**

Dispõe sobre a consulta sindical para a criação de sindicato, de acordo com o artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição (relator: Dep. MEDEIROS).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) – ART. 24,II)

**Projeto inicial publicado no DCD de 17/11/95*

**PARECER DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E
SERVIÇO PÚBLICO**

S U M Á R I O

- termo de recebimento de emendas - 1995
- termo de recebimento de emendas - 1999
- parecer do relator
- parecer da Comissão

Coordenação de Comissões Permanentes

PROJETO DE LEI Nº 1.116, de 1995

Bonifácio de Andrada

Dispõe sobre a consulta sindical para a criação de sindicato, de acordo com o artigo 8º, inciso II, da Constituição Federal.

DESPACHO: 30/04/1996 - DESP. ATUAL - APENSE-SE AO PL/-5.169/90

ORDINÁRIA

10/11/1995 - À publicação.

10/11/1995 - À CTASP

05/11/1995 - Distribuído ao Dep. Zaire Rezende

___/___/___ - Prazo para recebimento de emendas ao projeto

13/12/1995 - Findo o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto

07/03/1996 - O Relator, Dep. Zaire Rezende, devolveu o projeto, com parecer, solicitando a tramitação conjunta ao PL.-1.231/91

30/04/1996 - Of. 56/96-CTASP, solicitando a apensação deste ao PL/-1.231/91. DESPACHO: Defiro. Apense-se o PL/-1.116/95 ao PL/-5.169/90 (ao qual o PL/-1.231/91 encontra-se apensado).

02/05/1996 - À CTASP o Memo 94/96-CCP solicitando providenciar a referida apensação.

15/05/1996 - Apensado ao PL.1231/91 que está apensado ao PL/- 5.169/90

10/08/1999 - Of. 92/99-CTASP, 23/06/99, solicita a desapensação dos PLs. 60/91, 264/91, 3.003/97, 3.058/97, 3.337/97, 4.293/98, 4.615/98

___/___/___ - se do PL 5.169/90 os PLs 38/91, 4.911/90, 390/95, 1.116/95, 677/99 e 1.231/91', bem como as proposições originalmente apensadas a este último, exceto os PLs. 60/91 e 264/91, os quais continuarão apensados ao PL 5.169/90 (Art. 142 do RICD)

12/08/1999 - À CTASP o mem 205/99-CCP, solicitando a devolução do PL 5.169/90

26/08/1999 - Providenciada a desapensação deste do PL 5.169/90.

26/08/1999 - À CTASP.

___/___/___ -

26/08/1999 - Entrada na Comissão (desapensado).

08/09/1999 - Distribuído ao Relator, Dep. Medeiros.

09/09/1999 - Aberto prazo para recebimento de emendas ao projeto.

17/09/1999 - Findo o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto. Encaminhado ao Relator, Dep. Medeiros.

08/05/2001 - Devolução da Proposição com parecer: contrário

20/06/2001 - Vista concedida ao Deputado Lino Rossi

21/06/2001 - Devolução da vista sem manifestação escrita.

22/08/2001 - Aprovado unanimemente o parecer do Relator.

29/08/2001 - Devolução à CCP - SIM -

23/08/2001 - DCD - LETRA A

08/09/2001 - LETRA A - publicação do parecer da CTASP - ENCERRAMENTO

**Identificação: PL. (PROJETO DE LEI (CD)) 01116 de 1995****Autor(es):**

BONIFACIO DE ANDRADA (PPB - MG) [DEP]

Origem: CD**Ementa:**

DISPÕE SOBRE A CONSULTA SINDICAL PARA A CRIAÇÃO DE SINDICATO DE ACORDO COM O ARTIGO OITAVO, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Indexação:

HIPOTESE, QUANTIDADE, ENTIDADES SINDICAIS, DISPUTA, REPRESENTAÇÃO, BASE, COMPETENCIA TERRITORIAL, RESPONSABILIDADE, AUTORIDADE, (MTB), CONVOCAÇÃO, CONSULTA, AÇÃO SINDICAL, DEFINIÇÃO, EMPREGADO, EMPREGADOR, CATEGORIA PROFISSIONAL, TRANSFORMAÇÃO, SINDICATO, CRITERIOS, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CARACTERIZAÇÃO, PLEBISCITO, ELEIÇÃO SINDICAL, VOTO SECRETO, EXIGENCIA, COMPARECIMENTO, MEMBROS, POSSE, DIRIGENTE.

Poder Conclusivo : SIM**Despacho Atual:**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (CCJR)**Última Ação:**TRCOM - EM TRAMITAÇÃO NAS COMISSÕES
22 08 2001 - CTASP - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
APROVAÇÃO UNÂNIME DO PARECER CONTRÁRIO DO RELATOR, DEP MEDEIROS.**Regime de Tramitação:**

ORDINÁRIA

Tramitação:19 10 1995 - PLENÁRIO (PLEN)
APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELO DEP BONIFACIO DE ANDRADA.10 11 1995 - MESA (MESA)
DESPACHO INICIAL A CTASP E CCJR (ARTIGO 54 DO RI).10 11 1995 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATERIA, DCD 17 11 95 PAG 5631 COL 02.10 11 1995 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)
ENCAMINHADO A CTASP.05 12 1995 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES. DCD 05 12 95 PAG 7790 COL 02.

05 12 1995 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
RELATOR DEP ZAIRE REZENDE. DCD 07 12 95 PAG 8359 COL 01.

13 12 1995 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.

16 01 1996 - PLENÁRIO (PLEN)
DISCURSO DO DEP AYRTON XEREZ.

09 04 1996 - MESA (MESA)
OF 56/96, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DESTE AO PL. 5169/90.

30 04 1996 - MESA (MESA)
DEFERIDO OF 56/96, DA CTASP, SOLICITANDO A APENSAÇÃO DESTE AO PL. 5169/90. DCD 01 05 96
PAG 12051 COL 02.

10 08 1999 - MESA (MESA)
DEFERIDO OF 92/99, DA CTASP, SOLICITANDO A DESAPENSAÇÃO DESTE DO PL. 5169/90. DCD 11
08 99 PAG 33263 COL 02.

08 09 1999 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 05 SESSÕES.

08 09 1999 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
RELATOR DEP MEDEIROS.

17 09 1999 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
NÃO FORAM APRESENTADAS EMENDAS.

08 05 2001 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)
PARECER CONTRÁRIO DO RELATOR, DEP MEDEIROS.

